A C Ó R D Ã O Nº 33.113
(Processo nº 2002/50511-7)

Assunto: Tomada de Contas instaurada na PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA, Convênio nº. 147/01 – SAGRI

Responsável: ATIL JOSE DE SOUZA - Prefeito

Proposta de Decisão: Dr. ANTONIO ERLINDO BRAGA

Lavratura da Decisão: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA (§2º. art. 195 do regimento)

EMENTA: São consideradas irregulares as contas devendo o responsável ser declarado em débito com o erário estadual pela importância recebida, mais multa regimental no prazo de 30 dias

Relatório do Auditor ANTONIO ERLINDO BRAGA: Processo nº. 2002/50511-7

Trata-se de Tomada de Contas do Convênio Nº 147/2001, celebrado entre a Secretaria Executiva de Agricultura e a Prefeitura Municipal de Xinguara, no valor de R\$ 5.000,00 de responsabilidade do Sr. Atil José de Souza, objetivando a "Conjuração de esforços dos partícipes para preparo de uma área de aproximadamente 40ha para implantação de um campo experimental com cultura de milho, arroz e feijão, com vistas a introdução de novas técnicas de cultivo, apropriadas à famílias que praticam agricultura familiar", exercício de 2001.

O órgão técnico em sua manifestação de fls. 19/21 dos autos, informa que apesar da SAGRI haver atestado a execução do Convênio, todavia não consta dos autos comprovação da execução da despesa, conseqüentemente opina no sentido de se considerar o agente público em débito para com o erário estadual no valor de R\$ 5.000,00, com os acréscimos legais e ainda multa por não ter prestado as contas no prazo legal.

O agente público legalmente citado não apresentou contestação assumindo as conseqüências da revelia.

O Ministério Público, emite parecer pela não aprovação das contas.

É o Relatório.

PROPOSTA DE DECISÃO:

Proponho que se declare o Sr. Atil José de Souza em débito para com o Estado da importância de R\$ 5.000,00, com os acréscimos legais, visto que não prestou contas da mencionada importância, ficando ainda sujeito a multa de R\$ 300,00 em face da Tomada de Contas, devendo recolher tanto a importância objeto da declaração em débito quanto a multa no prazo de (30) trinta dias da ciência desta decisão, sob pena de cobrança judicial dos respectivos valores.

A C O R D A M os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, julgar irregulares as contas, declarando o Sr. ATIL JOSÉ DE SOUZA – Prefeito em débito para com a Fazenda Pública Estadual pela importância de R\$ 5.000,00, que deverá ser recolhida no prazo de trinta (30) dias contados da ciência desta decisão, com os acréscimos

legais mais a multa correspondente a R\$ 300,00 (trezentos reais) por não apresentar a esta Corte a competente prestação de contas no prazo legal.

Plenário Conselheiro “Emílio Martins”, em 15 de outubro de 2002.

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA
Presidente

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

FERNANDO COUTINHO JORGE

Presente à sessão: O Procurador – Chefe Dr. Antonio Maria F. Cavalcante
Aj/Mat..0100026